

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União amplia vitórias no STF e no Carf em temas de arrecadação e previdência..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pelos municípios e a favor do social - RAUL VELLOSO..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Relator da LDO discute desvinculações de gastos com Haddad..... 6

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Vulnerabilidade do INSS pode ter vazado dados de beneficiários..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

Cortes de gastos de Milei reduzem a inflação, mas também derrubam o PIB..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A nódoa das "bebidas açucaradas" na reforma tributária (Artigo)..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desenvolvimento quer carro elétrico no "imposto do pecado"..... 12

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento de imposto para ultraprocessados (Artigo)..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Justiça afasta cobranças de HCMD sobre heranças ou doações de bens no exterior..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exportação de serviços e ISS: a controvérsia do resultado - OPINIÃO JURÍDICA..... 16

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma tributária: O Lira é o relator de tudo..... 18

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ata do Copom deve trazer mais detalhes sobre consenso para interromper ciclo de corte de juro
..... 19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Legalizar cassinos e jogos de azar é a melhor solução (Editorial)..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Economistas lembram formação do plano..... 22

Terça-Feira, 25 de Junho de 2024

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A chaga da violência na América Latina (Editorial) 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Para pais do Real, condições políticas se estreitaram 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Derrota da hiperinflação foi mais que a "mágica" da troca da moeda 27

União amplia vitórias no STF e no Carf em temas de arrecadação e previdência

Eduardo Cucolo

25.jun.2024 às 8h37

A União tem ampliado a porcentagem de casos envolvendo em temas tributários e previdenciários em que obtém vitórias na Justiça, de acordo com dados da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

O levantamento considera as principais ações nesses dois tribunais listadas pela PGFN em seus relatórios anuais. Os números foram atualizados pela Calculadora da **Inflação** da Folha.

Incluindo a perda evitada no julgamento sobre a revisão da vida toda do **INSS** neste ano, desde 2013 decisões favoráveis em julgamentos no STF (Supremo Tribunal Federal) e no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** evitaram perdas de mais de R\$ 5 trilhões para os cofres públicos, de acordo com o órgão federal.

Sessão plenária do STF sob a presidência do ministro Luís Roberto Barroso - Pedro Ladeira/Pedro Ladeira-06.mar.2024/Folhapress

Para efeitos de comparação, se o governo tivesse perdido essas ações, isso representaria um aumento de 75% na dívida pública federal.

Em geral, as estimativas para os riscos de natureza fiscal e previdenciária são calculadas pela **Receita Federal** com base em valores a ressarcir no período de cinco anos para trás e na perda de arrecadação em pelo menos um ano para a frente.

Também é usual que algumas dessas contas sejam contestadas por representantes dos contribuintes, já que números maiores tendem a sensibilizar mais o Judiciário.

Nesse período, os maiores valores foram registrados em 2014, 2017 e 2020, quando foram analisadas grandes ações que tratavam de contribuição previdenciária e PIS/Cofins.

O relatório mais recente da PGFN mostra que a União venceu a maioria dos julgamentos nos últimos quatro anos, considerando os casos que servem de referência para outras ações no Judiciário -

repercussão geral no STF e repetitivos no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

No ano passado, o governo obteve vitórias relevantes no caso da eficácia da coisa julgada e nas ações sobre tributação de bancos e seguradoras.

No período analisado, as derrotas para o governo foram pontuais nos dois tribunais.

Uma das maiores perdas foi o julgamento em 2021 da "Tese do Século", que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins e já custou mais de R\$ 300 bilhões para o governo. No Orçamento de 2023, o governo estimou as perdas com essa ação em R\$ 533 bilhões.

MUDANÇA NOS TRIBUNAIS

Outros levantamentos também mostram uma tendência de aumento nas vitórias da União nos tribunais superiores na última década em casos tributários.

Esse movimento coincide com uma questão econômica. Nesse período, o Brasil voltou a registrar déficit nas contas públicas. Em diversas oportunidades, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) destacou a importância do Judiciário para cumprir as metas fiscais e zerar o déficit público.

Mas há também mudanças na esfera jurídica, como a chegada às cortes superiores de ministros alinhados à questão da análise econômica do direito e a nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (13.655/2018), que estabeleceu o dever de o magistrado levar em consideração as consequências práticas da decisão judicial.

Um trabalho de 2020 do juiz federal Guilherme Maines Caon mostra que, a partir de 2015, houve "um incremento quantitativo e qualitativo" na aplicação da análise econômica nas decisões do STF.

No livro "Análise Econômica do Direito: aplicação pelo Supremo Tribunal Federal", Caon, que é presidente da associação dos juizes federais do Rio Grande do Sul, analisa o período de 1991 a 2019.

Segundo o autor, o impulso para uma utilização maior

dessa análise veio do ministro Luiz Fux, com um posicionamento que tem sido adotado também por outros colegas em julgamentos relevantes desde então.

Levantamento do escritório Pinheiro Neto reforça essa tendência no Judiciário. André Torres, associado da área tributária do escritório, afirma que os números mostram que há, nos últimos dois anos, uma vitória maior do Fisco do que dos contribuintes nos grandes casos tributários.

Ele afirma que o STF está cada vez mais voltado para a análise econômica dos casos relevantes e que o STJ passou a adotar com mais frequência a modulação de efeitos em suas sentenças, de modo a reduzir o impacto financeiro das decisões.

"A gente vai despachar com os ministros, e a primeira pergunta é, 'qual o impacto disso aqui?'. Ficar no argumento estritamente jurídico não é algo que hoje convence todo mundo", afirma o tributarista.

Cristiane Matsumoto, sócia da área previdenciária do Pinheiro Neto, diz que é necessário mostrar que a questão econômica não afeta apenas o Fisco.

"Não basta levar os argumentos técnicos, só o jurídico. Também temos de olhar esse viés econômico-financeiro de cada contribuinte ou setor, para que a gente possa dialogar com o Supremo e o STJ", afirma.

Esse olhar para o lado econômico, no entanto, não significa deixar de lado os argumentos jurídicos, mas garantir que nem todos os temas tributários sejam decididos majoritariamente com base na questão fiscal.

"Se toda vez um tributo inconstitucional for mantido porque a falta dele vai gerar um rombo orçamentário, a gente não tem mais direito tributário", afirma Torres, do Pinheiro Neto.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/uniao-amplia-vitorias-no-stf-e-no-carf-em-temas-de-arrecadacao-e-previdencia.shtml>

Pelos municípios e a favor do social - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Sufocados pelo forte crescimento dos gastos previdenciários que veio com a complicada tendência demográfica que se iniciara há algum tempo, e que levava a que tivéssemos muito mais gente para se aposentar do que para contribuir, um grupo de municípios menores acabou pegando carona no pleito por mais dinheiro de 17 setores econômicos que vinha tramitando no Congresso. O que todos queriam era escapular, pela desoneração de sua folha de pagamento, da pesada contribuição previdenciária que, além do mais, tinham passado a recolher o INSS.

Só que, aprovado o projeto, o governo, de olho nos cofres municipais, reagiu com um veto, mas, na sequência, o Congresso acabou derrubando tal veto. Pasmem: no dia seguinte, o governo editou uma medida provisória revogando essa lei (ou seja, derrubando a derrubada do veto), algo inédito por aqui, o que obviamente pegou muito mal junto aos congressistas e levou a uma acirrada disputa política entre os poderes. Aí os entes envolvidos nesse processo voltaram ao seu início, na busca de aprovar mais uma vez a pretendida desoneração, tanto no caso dos 17 setores quanto dos municípios.

Várias propostas andaram de lá para cá, e, em paralelo, além de puxar outros temas que já estavam em seu radar, a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) acabou defendendo a redução de 20% para 14% para todos os municípios, exatamente a alíquota mínima dos regimes próprios, uma boa ideia.

Sendo os municípios os principais responsáveis pela atuação governamental em áreas como saúde, educação e assistência social, onde abundam profissionais especializados como médicos, professores, assistentes sociais, merendeiros etc., fixar alíquotas de contribuições patronais mais elevadas nesses entes para cobrir um impacto mais elevado nos deficits do INSS, como o governo vem tentando fazer, tende a implicar uma retirada relevante de recursos que deveriam ser destinados às políticas sociais em si, nos próprios municípios, algo que precisa ser revisto. (Registre-se que, no setor privado, isso tem levado a uma maior informalidade ou à chamada "pejotização", ou seja, um estímulo às pessoas se transformarem em empresas para pagar uma menor contribuição ao INSS).

Entre os aspectos do nosso sistema previdenciário básico que também precisam ser reformados, está o fato de se referirem a um regime ainda totalmente de repartição simples, necessitando introduzir pelo menos uma camada de capitalização, entre outras medidas à espera da disposição política capaz de formulá-las e aprová-las.

Para concluir, vi que, em adição à desoneração da folha de pagamento, a CNM vinha tratando de temas cruciais para a sustentabilidade fiscal dos municípios via a Pec-66, no Senado, onde se busca um novo parcelamento especial das dívidas junto ao Regime Geral, que é uma das maiores dívidas dos municípios, da ordem de R\$ 250 bilhões.

Outro ponto é a busca de um novo modelo de pagamento de precatórios, que consubstanciam uma dívida de quase R\$ 100 bilhões. O terceiro é corrigir um erro da **Reforma Tributária** sobre a desvinculação de receitas dos municípios, que ia até 2023, foi prorrogada pela **Reforma Tributária** até 2032, mas, no texto, não prorrogou a desvinculação das contribuições, valeu só para **impostos** e taxas. E um dos itens mais importantes para desvincular é justamente a contribuição sobre a iluminação pública, crucial para os municípios. (Lembro que a desvinculação de receitas públicas foi a invenção deste articulista para viabilizar o Plano Real. E, por falta de espaço, deixarei para a próxima coluna a discussão da Emenda Substitutiva nº6, que concatena todos os pontos aqui indicados, e que também apresenta medidas de impacto além da compensação da desoneração).

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Pelos municípios e a favor do social

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6109/25-06-2024.html?all=1>

Relator da LDO discute desvinculações de gastos com Haddad

Caetano Tonet, Gabriela Pereira, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, senador Confúcio Moura (MDB-RO), reuniu-se na segunda-feira (24) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para debater a possibilidade de incluir de alguma forma em seu parecer as discussões sobre desvinculações de gastos do Orçamento do ano que vem. Também estiveram no encontro o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

A intenção de apresentar a ideia a Haddad foi antecipada pelo parlamentar em entrevista ao Valor.

Confúcio é favorável a uma discussão sobre as desvinculações de pisos da saúde e educação e outras despesas. Ele tem consultado técnicos do Congresso e o governo para saber os possíveis caminhos que poderia adotar em seu relatório, uma vez que alguns desses gastos obrigatórios, como nessas duas áreas, constam da Constituição.

Apesar de sua posição pessoal, o relator afirmou que essa é uma decisão política que cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Não é competência de uma Lei Orçamentária entrar nesse viés, isso é um assunto de governo, uma grande negociação política entre as Casas legislativas para que possa, no decorrer do tempo, ir mudando gradativamente", declarou a jornalista após a reunião. "Falamos sobre esse assunto, mas é um assunto político, que tem que ser mensurado pelo presidente se é hora de um confronto, de trabalhar isso." A ideia já enfrenta resistência.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), criticou a proposta do relator de discutir as desvinculações.

Segundo o petista, isso "colide com o que disse o presidente Lula, de que não haverá corte de recursos nos benefícios da população mais pobre". Em postagem nas redes sociais, Guimarães afirmou que o foco de cortes deveria ser em incentivos fiscais, estimados em mais de R\$ 420 bilhões só neste ano, e

também criticou o nível das taxas de juros.

No encontro, também se falou sobre as projeções para a dívida pública.

Segundo Confúcio Moura, é possível que o Tesouro encaminhe uma mensagem modificativa alterando o que foi projetado para o passivo da União na proposta encaminhada ao Congresso. "É possível que o secretário do Tesouro envie, sim, algumas alterações de metas de acordo com essa rigidez das taxas de juros. Tudo é feito em cima de projeções. Um apanhado de dados que o governo tem para poder estabelecer esses parâmetros de dívida pública, de crescimento econômico", afirmou o senador.

O PLDO 2025 trouxe, pela primeira vez, uma estimativa para a trajetória da dívida pública ao longo de dez anos. Foi uma exigência do novo arcabouço fiscal.

Não se trata de uma meta, mas sim de projeções à luz dos indicadores macroeconômicos e das metas de resultado primário.

No caso do projeto enviado em abril ao Congresso, o Tesouro previa que a Dívida Bruta do Governo Geral (DDBG) chegaria a 77,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025, subiria até 2027, alcançando 79,7% do PIB e cairia, ficando em 74,5% do PIB em 2034. Procurado, o Tesouro Nacional não informou se vai mesmo enviar uma mensagem modificativa mudando essas projeções.

Em outra frente, Confúcio Moura segue construindo o relatório considerando uma meta fiscal de déficit zero. Segundo ele, a única alternativa apresentada por Haddad para perseguir o déficit zero em caso de queda nas receitas da União seria o contingenciamento de gastos.

"Nós tocamos [no assunto] como é que faz se houver uma frustração de receitas. Ele falou que o único instrumento seria o contingenciamento de recursos para ir ajustando as despesas, liberando gradativamente de acordo com as necessidades dos ministérios", pontuou. "O contingenciamento é um arbítrio do próprio governo.

Pode ser 10%, 15%, 20%, mas tem despesa que não

tem jeito de ser contingenciada", acrescentou, citando a **Previdência Social**. Por outro lado, ponderou, o contingenciamento poderia ser feito em custeio, alugueis, serviços gerais, aquisição de bens, patrimônio e obras.

Como antecipou ao Valor, o senador defendeu que não haja um aumento no valor destinado às emendas parlamentares para além de aproximadamente R\$ 50 bilhões.

"O bom senso aponta que não se deve aumentar além disso de jeito nenhum porque as contas públicas estão em xeque."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187911?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187911?page=1§ion=1)**

Vulnerabilidade do INSS pode ter vazado dados de beneficiários

André Lourenti Magalhães

Uma vulnerabilidade de segurança expôs dados de milhões de beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para agentes externos. Em resposta ao ocorrido, o instituto mudou a forma de acesso ao sistema Suíbe (Sistema Único de Informações de Benefícios) e apura se houve vazamento dos dados pela plataforma.

Em resposta à Folha de S. Paulo, o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, confirmou o problema no sistema: o instituto concedeu senhas a usuários externos ao longo dos anos, mas nunca fez uma movimentação para bloquear esses acessos. Isso significa que uma pessoa poderia deixar o cargo, mas ainda tinha acesso ao sistema com senha e sem a necessidade de fazer verificações em duas etapas.

Dessa forma, grupos poderiam ter usado o Suíbe para acessar dados cadastrais dos beneficiários e realizar ações fraudulentas, como assinar empréstimos consignados sem o consentimento da pessoa.

Mudanças no Suíbe

Em nota enviada ao Canaltech, o **INSS** anunciou mudanças no acesso ao Suíbe devido ao aumento de solicitações de informações. O método simples de login e senha foi substituído por acesso via certificado digital e criptografia, para manter os dados protegidos.

Além disso, o órgão reforça que o Suíbe não permite conceder novos benefícios, apenas registra os pedidos já feitos, e que a equipe interna trabalha para verificar se houve vazamento de dados.

Veja a nota completa:

O **INSS** informa que, devido ao aumento de solicitações de informações - detectado pelos setores de monitoramento do **INSS** e da Dataprev -, o sistema o Suíbe, antes acessível por senha e login por outros órgãos e servidores, teve a sua política de segurança atualizada. Agora, é preciso utilizar certificado digital e criptografia para ter acesso ao sistema.

O Suíbe foi o primeiro sistema extrator de dados do **INSS** que teve seu fluxo de acesso alterado pelas novas regras de segurança tecnológica, que estão

sendo renovadas em 2024. Lembrando que os sistemas que geram a concessão de benefícios já estão com a nova camada de segurança.

Cabe destacar que o Suíbe não permite conceder novos benefícios. Sua base de dados é composta de benefícios já requeridos. As equipes do **INSS** estão fazendo um levantamento para verificar se houve ou não vazamento de informações.

Queda nas reclamações

O **INSS** não confirma a origem do vazamento, mas é bem provável que a vulnerabilidade tenha sido causada pelo Suíbe. Desde o desligamento temporário do sistema, feito em maio deste ano, o número de reclamações na ouvidoria sobre empréstimos consignados despencou: a média era de 943 registros por mês entre janeiro e março e caiu para 405 em maio, segundo o presidente do instituto.

Site: <https://www.terra.com.br/byte/vulnerabilidade-do-inss-pode-ter-vazado-dados-de-beneficiarios,de65c0b2e50a3a695439e0b2e56eaae8ko6oawnp.html>

Cortes de gastos de Milei reduzem a inflação, mas também derrubam o PIB

Luiza Palermo, Pedro Borg e Roberto Lameirinhas De São Paulo

A Argentina entrou em recessão técnica após registrar dois trimestres consecutivos de queda no Produto Interno Bruto (**PIB**). Com os grandes cortes de gastos do presidente Javier Milei esfriando a atividade econômica e o consumo, analistas avaliam que uma recuperação para os próximos meses ainda é incerta e a economia ainda não chegou ao "fundo do poço".

O **PIB** argentino caiu 5,1% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com igual período de 2023, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). No último trimestre de 2023, o **PIB** havia contraído 1,6% em termos anuais.

Milei, que assumiu o cargo em dezembro, argumenta que o país precisa organizar suas finanças após anos de déficits fiscais que afastaram investidores globais. Ele defende que o rigor fiscal é necessário para a economia começar a se recuperar de forma sustentável.

Por outro lado, a restrição na atividade econômica fez com que o governo registrasse cinco superávits mensais consecutivos e uma desaceleração mensal da **inflação** mais rápida do que o esperado, de 25,5% em dezembro para 4,2% em maio - embora se espere um índice mais alto para junho.

Analistas argentinos apontam, porém, que o processo de saneamento fiscal para que a atividade econômica alcance um nível sustentável de crescimento ainda deve demorar. "Acreditamos que o segundo trimestre novamente será muito ruim. Só no terceiro e quarto trimestres começaremos a ver a economia atingir o fundo do poço para que comece a melhorar, mas de maneira muito heterogênea entre os setores, no consumo, etc", projeta Juan Pablo Ronderos, da consultoria MAP.

Ronderos atribui a queda do primeiro trimestre à forte redução nos salários e aposentadorias, que levou à queda no consumo e à acentuada diminuição da produção.

"Além disso, muitos setores ainda trazem resquícios da crise do ano passado. Isso tornou a recessão ainda

mais intensa." Já o analista Nicolás Alonzo, da Orlando J. Ferrerés Asociados, afirma que a economia argentina deveria parar de cair no segundo trimestre, mas os sinais para que isso ocorra "ainda são conflitantes".

"Em abril houve recuperação, mas para maio a situação é incerta.

Medimos a indústria e ela caiu 1% no mês em maio, então ainda há muita volatilidade", afirma.

A recessão se consolida em meio aos efeitos das duras medidas do programa de austeridade do presidente Milei, que estabeleceu como prioridade a ordem fiscal - marcado por desindexação e corte de salários, suspensão de repasses a províncias, cancelamento de contratos de obras públicas e demissão de funcionários públicos, além da desvalorização do peso em mais de 50% e fim de controles de preços.

Em outro dado importante publicado ontem, o Indec apontou que o desemprego subiu para 7,7% da população economicamente ativa - ante 5,7% no final do ano passado. Isso significou que 300 mil pessoas perderam o emprego nos primeiros três meses de 2024.

O item que mais pesou no **PIB** do primeiro trimestre foi a queda de 23,4% na formação bruta de capital fixo, na comparação igual período de 2023. Outras quedas relevantes no primeiro trimestre aconteceram nos setores de construção (-19,7%) e da indústria de transformação (-13,7%).

Na contramão, o setor de agricultura, pecuária, caça e silvicultura cresceu 10,2%.

"O governo tem poucas ferramentas para aliviar isso. É muito difícil combater a **inflação** sem provocar uma recessão. Além disso, a origem da **inflação** na Argentina é fiscal, que até agora limitou a atração de investimentos", diz Alonzo, completando que o que se espera para 2025 é que a economia se recupere sem o peso do grosso dos ajustes.

A forte desvalorização do peso argentino provocada por Milei também teve impacto nas exportações, que cresceram 26,1% nos três primeiros meses do ano.

Os dados econômicos foram divulgados no mesmo dia em que a cotação do dólar no paralelo, bateu seu recorde no governo Milei, fechando em 1.330 pesos - 25 pesos acima da jornada anterior.

"Há muita incerteza sobre qual será a política cambial e monetária e o banco central não tem enviado sinais sobre isso - provavelmente porque precisará adequar essas regras a acordos políticos", explica Mariana Díaz, analista da consultoria Tecnosud. "Isso tem levado investidores à segurança do dólar e pressionado o câmbio", disse.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187911?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187911?page=1§ion=1)**

A nódoa das "bebidas açucaradas" na reforma tributária (Artigo)

Paulo Solmucci Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

O projeto de lei com vistas à regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo será votado em breve. Entre os tópicos está o imposto seletivo, que recebeu o apelido de "imposto do pecado". A pretexto de combater a obesidade, foram incluídas nesta malfadada categoria as "bebidas açucaradas", como chás, refrescos e refrigerantes.

Ora, se o objetivo é o de combater a obesidade, por que, no projeto de lei, o açúcar como um todo se resume tão somente à "bebida açucarada"?

Há aí um viés puramente arrecadatório.

Enquanto se impõe a quaisquer "bebidas açucaradas" a pena máxima da sobretaxação (o "imposto do pecado"), País afora segue, na mais absoluta normalidade, o indiscriminado uso do açúcar para a produção caseira e comercial de bolos, tortas, brigadeiros, mousses, pavês, quindins, pudins, suspiros. Na esteira desta incoerência, a proposta do texto classifica o açúcar como isento de imposto. O que provoca obesidade, na visão de um time do governo, são exclusivamente as "bebidas açucaradas".

Isso se dá em meio à busca voraz de qualquer dinheiro que possa ser canalizado em direção ao poço sem fundo do desequilíbrio fiscal. A receita do governo, em maio de 2024, teve crescimento real de 10%, impulsionado principalmente pela arrecadação de **impostos**.

No entanto, a despesa pública está ainda mais em alta, com um crescimento real de 12% acima da **inflação**. É difícilima a busca de um ponto de equilíbrio sem que este ajuste fiscal tenha como efeito colateral o sacrifício dos pobres. A base da pirâmide socioeconômica é sensível a qualquer medida que impacte seu poder de compra.

Elevação de preço, mesmo de um simples refrigerante, representa uma severa adversidade em suas vidas.

A entidade que representa os botecos, bares, bistrôs e restaurantes capta as sensibilidades de todos os estratos da sociedade.

O setor tem 1,5 milhão de CNPJs ativos, dos quais 900 mil são microempreendedores individuais. Dispomos de dados muito precisos e, assim, sabemos que 70% do consumo brasileiro de açúcar ocorre fora do espectro das bebidas. As "bebidas açucaradas" representam apenas 1,7% do consumo geral de calorias.

Isso demonstra que é apenas arrecadatório o objetivo de encaixar as "bebidas açucaradas" entre os bens e serviços que seriam prejudiciais à saúde.

Acredite quem quiser, a alíquota destas bebidas, que hoje já é uma das maiores da América Latina, sofrerá ainda uma majoração com o imposto seletivo.

Sem dúvida, a **reforma tributária** é a maior conquista ao desenvolvimento do País depois do Plano Real. Que, portanto, não se deixe manchar com a nódoa das "bebidas açucaradas" o benfazejo projeto de lei que a regulamentará.

Paulo Solmucci, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desenvolvimento quer carro elétrico no "imposto do pecado"

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, chefiado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, está defendendo que os carros 100% elétricos, movidos exclusivamente a bateria, também sejam tributados pelo Imposto Seletivo.

A proposta de regulamentação da reforma tributária, em tramitação na Câmara dos Deputados, já prevê a incidência do chamado "imposto do pecado", que vai incidir sobre itens danosos à saúde e ao meio ambiente, sobre os automóveis a combustão e híbridos.

O pedido para a inclusão dos elétricos foi formalizado ontem pelo ministério ao grupo de trabalho formado por deputados encarregados de elaborar um relatório até o início de julho, para que o texto seja votado no plenário da Câmara antes do recesso parlamentar, em 17 de julho.

"O governo federal não define a tecnologia dominante; ele precifica nas suas políticas e agora no Seletivo as externalidades positivas e negativas, de modo que solicitamos a inclusão dos veículos elétricos", disse Margarete Gandini, diretora do departamento de Indústria de Média-Alta da pasta.

O Seletivo enfrenta forte resistência dos fabricantes de automóveis, que argumentam que com a oneração pelo imposto extra, comprar um carro novo ficará mais caro e, com isso, atrasará a renovação da frota por veículos mais eficientes. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), um carro fabricado hoje emite 20 vezes menos CO² do que um fabricado em 2000. Isso significa que os carros saem fábrica já mais eficientes.

E se o objetivo é reduzir a emissão de gases de efeito estufa, diz a Anfavea, o desejável seria incentivar a compra de carros novos, não o contrário.

Os veículos foram incluídos no Seletivo pelo Ministério da Fazenda por emitirem gases que fazem mal à saúde, um dos critérios para a sobretaxa, que incide também sobre bebidas açucaradas, bebidas alcoólicas, cigarros, extração de petróleo e gás natural.

"O objetivo é influenciar os consumidores a comprarem veículos mais seguros e ambientalmente mais amigáveis e estimular inovação dos fabricantes", disse Margarete.

Os carros 100% elétricos não emitem gás carbônico, mas, segundo ela, deve-se levar em conta a bateria, hoje fabricada principalmente na China com fontes poluentes de energia - ou seja, há pegada de carbono até que o carro chegue à concessionária.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou.

Pela proposta da Fazenda, o Seletivo incidirá sobre os automóveis leves de passeio, de transporte de pessoas, como vans, e de carga, como pequenos caminhões. E haverá um sistema de pontuação que levará em conta critérios de eficiência energética e desenvolvimento de tecnologia previstos no programa de estímulo ao setor automotivo, o Mover, aprovado na Câmara e que aguarda a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fora Carros 100% elétricos não estão na lista do Imposto Seletivo da Fazenda, que não se manifestou

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aumento de imposto para ultraprocessados (Artigo)

Marcello Baird é coordenador de políticas públicas da ACT Promoção da Saúde, Marília Sobral Albiero é coordenadora do Projeto Alimentação da ACT Promoção da Saúde

Enquanto a regulamentação da **reforma tributária** é debatida no Congresso Nacional, temos a oportunidade de incluir no imposto seletivo os ultraprocessados, como salgadinho de pacote, biscoito recheado ou macarrão instantâneo. Até porque o novo tributo entrou no projeto justamente com o intuito de restringir o consumo e compensar os impactos negativos de produtos que fazem mal à saúde e ao ambiente. Mas, na proposta apresentada pelo governo, o imposto recai apenas sobre derivados de tabaco, bebidas alcoólicas e refrigerantes, e não sobre ultraprocessados.

Tanto quanto cigarro e álcool, alimentos com baixo teor nutritivo, ricos em sódio, açúcar, gordura e aditivos artificiais, constituem importante fator de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis -problemas cardiovasculares, obesidade, câncer, diabetes. No Brasil, todo ano, registram-se cerca de 57 mil mortes precoces, entre 30 e 60 anos, associadas ao consumo de ultraprocessados.

Ao contrário do que tenta propagar quem lucra à custa de adoecimento e morte, a decisão de compra de alimentos não se baseia simplesmente em critérios pessoais. Variáveis como palatabilidade, durabilidade, praticidade, marketing e, sobretudo, custo determinam as preferências. Portanto uma dinâmica tributária mais justa e saudável poderia levar o indivíduo a fazer escolhas mais adequadas.

Além de reduzir o consumo, a adoção de **impostos** diferenciados compensaria os impactos negativos do uso desses artigos. Não bastasse o adoecimento e o sofrimento, há um custo considerável para o sistema de saúde, que recai sobre todos.

No longo prazo, projetamos outros ganhos importantes. Recentemente, o Banco Mundial destacou que o reajuste de **tributos** levaria à redução tanto nos gastos com ultraprocessados quanto nas despesas médicas, aumentando a expectativa de vida da população.

A instituição chama a atenção, ainda, para o caráter progressivo do imposto, que beneficia os mais pobres, faixa mais vulnerável aos efeitos nocivos do consumo desses itens. No mesmo sentido, rechaçamos qualquer possibilidade de corte ou de incidência de cashback, que acabaria contribuindo para aumento da alíquota de referência.

Defendemos incondicionalmente incentivos fiscais que ampliem o acesso à comida de qualidade. Portanto destacamos o apoio à cesta básica de produtos in natura livre de **tributos** e de ultraprocessados. Exatamente como preconiza o Guia Alimentar para a População Brasileira.

O documento, lançado há dez anos pelo Ministério da Saúde, serve de apoio a gestores aqui e no exterior. Esperamos que o Congresso se inspire nas orientações do guia e amplie o imposto seletivo para os ultraprocessados. Afinal, o futuro depende de uma **reforma tributária** que conjugue promoção da saúde e desenvolvimento sustentável.

Marcello Baird é coordenador de políticas públicas da ACT Promoção da Saúde,

Marília Sobral Albiero é coordenadora do Projeto Alimentação da ACT Promoção da Saúde

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Justiça afasta cobranças de HCMD sobre heranças ou doações de bens no exterior

Adriana Aguiar De São Paulo

Contribuintes têm conseguido na primeira e segunda instâncias do Judiciário afastar a cobrança de ITCMD sobre heranças ou doações de bens no exterior. Uma das decisões, proferida recentemente pela 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, é considerada inovadora por tributaristas por não estar entre as situações definidas na modulação de julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

Em março de 2021, os ministros decidiram que os Estados e o Distrito Federal só poderiam cobrar ITCMD se fosse editada lei complementar, o que ainda não aconteceu (Tema 825 ou RE 851108). No julgamento, modularam os efeitos da decisão, definindo que a partir de abril daquele ano não poderiam mais exigir o imposto. E que quem tinha ações judiciais em andamento teria o tributo excluído.

Os ministros, porém, não falaram nada sobre discussões na esfera administrativa, como o caso analisado pela 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo. O processo envolve cobrança de R\$ 6,9 milhões de ITCMD contra um brasileiro que recebeu um imóvel localizado em Mônaco de herança da sua avó.

No caso desse contribuinte, ele chegou a ter, em primeira instância, decisão administrativa favorável. Contudo, por maioria, o Tribunal de **Impostos** e Taxas (TIT) reverteu o entendimento. Ao ser cobrado por meio de um boleto, resolveu entrar com mandado de segurança na Justiça.

De acordo com a advogada do contribuinte, Mariana Zonenschein, do Zonenschein Advocacia, havia um processo administrativo em andamento e o Supremo foi claro pela não incidência do ITCMD enquanto não houver a edição de lei complementar. "Não obstante o entendimento do STF, o Estado vem cobrando os contribuintes, sem que exista respaldo legal", diz.

O advogado Luigi Terlizzi, que atua no mesmo escritório, afirma que historicamente, em termos de modulação, o STF jamais prestigiou o contribuinte que buscou a via judicial em detrimento daquele que buscou a via administrativa. "Seria um contrassenso, violaria a isonomia, a segurança jurídica e o princípio da confiança legítima." Ao analisar o pedido, a juíza Cynthia Thome, da 6ª Vara de Fazenda Pública de

São Paulo, citou o julgamento do Supremo e ainda destacou que "embora tenha havido a modulação dos efeitos, tal modulação já não seria aplicável, porquanto, o C. Órgão Especial [do TJSP] reconheceu a in-constitucionalidade da Lei nº 10.705/00, desde 2011 [que instituiu a cobrança do ITCMD]".

Para ela, com a ausência de lei complementar que regulamente o tema, "seria inviável a incidência de ITCMD em transmissões realizadas no exterior, por pessoa que tenha domicílio ou residência no exterior" (processo nº 1035027-28.2024.8.26.0053).

De acordo com o advogado Bruno Sigaud, do Sigaud Advogados, realmente se trata de uma "situação de limbo", porque o Supremo não se manifestou expressamente sobre a situação dos processos administrativos. Para ele, esse caso pode ser um importante precedente para situações análogas.

Nos processos que estavam em andamento na Justiça, os contribuintes também têm conseguido impedir a cobrança do ITCMD. Em um deles, a 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) foi unânime para manter sentença favorável a uma pessoa que herdou de seus pais ações e quotas de empresas sediadas no exterior e recebeu esses valores em dinheiro.

Ao analisar o caso, o relator, desembargador Oswaldo Luiz Paulo, destacou os julgamentos do Supremo e do Órgão Especial do TJSP, de 2011, que já havia decidido pela in-constitucionalidade das cobranças de ITCMD de bens no exterior (arguição de inconstitucionalidade nº 0004604-24.2011.826.0000). Ainda deixou claro que o caso concreto chegou à Justiça em março de 2021, portanto, antes do julgamento do STF, em abril de 2021 (processo nº 1012934-76.2021.826.0053).

De acordo com Bruno Sigaud, que atuou no caso, esse tem sido o posicionamento do TJSP mesmo antes do julgamento do Supremo. "Em São Paulo, os que optavam por judicializar, afastavam a cobrança, que sempre foi inconstitucional", diz.

Esse contexto, contudo, deve mudar com a implementação da **reforma tributária**, que confirma o posicionamento de que os Estados e o Distrito Federal podem cobrar o ITCMD sobre doações ou heranças provenientes do exterior, desde que exista lei

complementar. Além disso, com a aprovação da reforma, o ITCMD passará a ter, obrigatoriamente, no país, uma alíquota progressiva. Na prática, aumentará de acordo com o valor do patrimônio.

Por conta disso, advogados afirmam ter registrado um aumento no volume de consultas por famílias que pensam em fazer planejamento sucessório e que possuem bens no exterior, até mesmo para evitar o aumento da alíquota progressiva.

Também existem julgamentos recentes do tribunal paulista que afastam a cobrança de ITCMD em doação de bens localizados no Brasil por quem não é mais residente no país. Em um dos casos, os desembargadores decidiram a favor de uma matriarca, que decidiu viver na Itália há alguns anos e queria deixar resolvida a sucessão de imóveis, direitos creditórios e participação societária no Brasil para seus herdeiros. A 3ª Câmara de Direito Público do TJSP manteve sentença que aplicou o julgamento do Supremo (processo nº 1047533-70.2023.8.26.0053).

A despeito do julgamento do Tema 825 pelo Supremo, Sigaud afirma que a Fazenda do Estado de São Paulo segue com o entendimento equivocado de que o ITCMD seria devido em determinadas hipóteses, como a que inclui doador no exterior com imóvel no Brasil. Nesse sentido, na solução de consulta tributária nº 15343, de 31 de março de 2023, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz -SP) entendeu que doações provenientes do exterior (na forma de trust) seriam tributáveis pelo ITCMD.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP) informou que, no caso da sentença, "o fato gerador do ITCMD ocorreu em 31 de dezembro de 2010 e o mandado de segurança foi impetrado em 23 de maio de 2024". E que, por isso, "o caso concreto não se amolda à modulação de efeitos do julgamento do Tema nº 825/RG do Supremo Tribunal Federal."

"O STF não se manifestou sobre a situação dos processos administrativos" Bruno Sigaud

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187911>

Exportação de serviços e ISS: a controvérsia do resultado - OPINIÃO JURÍDICA

Leticia Micchelucci e Rafaela Bazioli são, respectivamente, sócia e associada da área tributária do Loesere Hadad Advogados

Há muito tempo os contribuintes do setor de serviços enfrentam dificuldades com a falta de padronização dos conceitos trazidos pela Lei Complementar nº 116/2003, que regulamenta o Imposto sobre Serviços (ISS). Dentre esses desafios, encontra-se a falta de padronização quanto ao conceito de "resultado de serviços", para fins de não incidência do ISS na exportação.

Impulsionada pela facilidade de comunicação entre países, a exportação de serviços tem sido crescente no Brasil. Apenas em 2022, por exemplo, a exportação de serviços alcançou o patamar de US\$ 39 bilhões, equivalente a 2,1% do PIB do ano. Muito embora esse percentual seja pequeno quando comparado à média mundial de 7%, a relevância desses valores não é desprezível.

O setor poderia ser ainda mais crescente, não fosse a dificuldade quanto a interpretação e aplicação da legislação vigente sobre a matéria.

Conforme disposto na LC nº 116/03, o ISS não incide sobre as exportações de serviços. Essa regra poderia ser de fácil entendimento, se não fosse a exceção de que não se enquadram como exportação os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

O grande dilema se refere à indefinição do conceito de "resultado do serviço", e a falta de regulamentação sobre o tema. Diante dessa imprecisão, alguns municípios já tentaram regulamentar esse conceito para facilitar a aplicação da norma, mas sem sucesso.

Um exemplo é o Parecer Normativo nº 4/2016, publicado pelo Município de São Paulo. Nesse parecer, o conceito de resultado de serviços trazido pela LC nº 116/03 foi desdobrado, no sentido de que o serviço será considerado exportado quando o elemento material, imaterial, ou interesse econômico sobre o qual recaia a prestação estiverem localizados no exterior.

Entretanto, são mencionadas algumas exceções sobre

serviços específicos, dentre os quais se menciona o serviço de intermediação. Conforme texto da norma, referidos serviços não serão considerados exportados se uma das partes intermediadas, os respectivos bens ou os interesses econômicos estiverem localizados no Brasil, o que gera ainda mais subjetividade na interpretação.

Quando analisamos as soluções de consulta sobre o tema, a imprecisão na interpretação da norma em um mesmo município, é ainda mais alarmante.

Do total de quatro soluções de consulta publicadas recentemente pelo município de São Paulo, três delas se tratam de dúvidas quanto a não incidência do ISS nas exportações de serviços. A fim de assegurar a imunidade do ISS, os contribuintes solicitam análise de seus contratos, haja vista a variedade de possíveis interpretações.

Em razão das várias dúvidas geradas pela legislação, a questão tem sido levada ao Poder Judiciário, que, até o momento, não conseguiu encerrar esta discussão.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, proferiu acórdão (AREsp 587403/RS) sobre o tema em que a exportação de serviço foi reconhecida e o ISS afastado, uma vez que os serviços prestados pelo contribuinte (projetos de engenharia), seriam executados em solo estrangeiro.

Nesse julgamento foram estabelecidos ainda mais critérios, uma vez que a intenção do tomador do serviço, bem como os termos do ato negociai, foram considerados.

Outro entendimento do Judiciário vem da 2ª Turma do STJ, que também tratou da questão no AREsp 1446639/SP. Nessa ação, o contribuinte requereu o afastamento do ISS, sob alegação de que os serviços prestados envolviam o transporte de bens para utilização em eventos no exterior. Nesse julgamento, o relator, ministro Mauro Campbell Marques, confrontou duas correntes interpretativas, a do resultado-consumação e a do resultado-utilidade.

Na primeira hipótese, o serviço seria considerado como exportado, e o ISS afastado, caso a conclusão tenha ocorrido em território brasileiro. Já na segunda

hipótese, o serviço seria considerado exportado caso a utilidade que visa criar ocorra no exterior. Segundo o relator, a segunda corrente foi aplicada ao caso - resultado-utilidade.

Apesar da corrente interpretativa quanto ao resultado-utilidade ter inicialmente pacificado o tema, fato é que o próprio STJ e os tribunais inferiores têm demonstrado certa dificuldade na aplicação desse entendimento. Tendo em vista as particularidades de cada serviço prestado, raramente é simples se identificar o local onde, de fato, ocorreu a sua utilidade.

Diante desse cenário, é necessário que haja uma regulamentação definitiva quanto ao conceito de resultado para fins da não incidência do ISS, seja por meio de interpretação conclusiva pelos tribunais superiores, ou, de preferência, por meio de uma norma sobre a matéria.

De outro modo, a expectativa de uma resolução será atribuída tão somente à **reforma tributária**, a qual prevê a substituição do ISS pelo IBS, cujo projeto de lei já foi protocolado pelo governo.

Muito embora o texto do projeto não ter trazido o termo "resultado", o projeto prevê, por exemplo, que será considerado como exportação o fornecimento de serviços cujo "consumo" ocorra no exterior, o qual foi conceituado como "utilização, exploração, aproveitamento, fruição ou acesso". Em razão dessa extensão conceitual, as interpretações podem ser ainda mais abrangentes.

Nesse sentido, espera-se que tais termos sejam devidamente regulamentados, a fim de se evitar a expressiva reprodução de litígios que se verifica atualmente.

Leticia Micchelucci e Rafaela Bazioli são, respectivamente, sócia e associada da área tributária do Loesere Hadad Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187911>

Regulamentação da reforma tributária: O Lira é o relator de tudo

A afirmação feita ontem por Alexandre Padilha de que aguarda para quarta-feira que vem a apresentação na Câmara do projeto que regulamenta a **reforma tributária** e sua votação antes do recesso parlamentar, que se inicia no dia 17 de julho, está afinada com o que a cúpula do Ministério da Fazenda tem dito em conversas privadas.

Fernando Haddad , por exemplo, costuma repetir que o acordo para a regulamentação foi fechado com Arthur Lira . E que o que está combinado é um bom acordo .

No Palácio do Planalto, a avaliação é de que, no fim das contas, Lira dá a palavra final em tudo. Explica um ministro:

- Quem vai assinar o relatório, eu não sei. O que é certo é que o Lira é o relator de tudo.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/06/regulamentacao-da-reforma-tributaria-o-lira-e-o-relator-de-tudo.ghtml>

Ata do Copom deve trazer mais detalhes sobre consenso para interromper ciclo de corte de juros

O Banco Central deve trazer na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que será divulgada nesta terça-feira, detalhes sobre a decisão unânime da semana passada, que interrompeu o ciclo de corte da taxa Selic, mantendo-a em 10,50% ao ano após sete quedas consecutivas. A avaliação do mercado financeiro e no mundo político é que o documento vai mostrar o grau de convergência entre os nove membros do colegiado sobre a condução dos juros e buscar sinais sobre os próximos passos da Selic.

Sem novos cortes e unanimidade: saiba quais foram os 5 recados do **comunicado** do Copom sobre a Selic

Reforma Tributária: sistema prevê imposto automático na hora da compra, mas bancos temem prazo apertado

O consenso colocou lado a lado o presidente do BC, Roberto Campos Neto, considerado um "adversário" pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Gabriel Galípolo, considerado o favorito do petista para o cargo em 2025. Na reunião anterior, em maio, o racha entre os diretores indicados por Lula e os que já estavam no comitê na gestão Jair Bolsonaro teve impacto negativo nos ativos brasileiros, como o dólar, diante de temores em relação ao compromisso do colegiado com o controle da **inflação**.

"O Comitê, unanimemente, optou por interromper o ciclo de queda de juros, destacando que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade, elevação das projeções de **inflação** e expectativas desancoradas demandam maior cautela", disse o Copom no **comunicado**.

Com a unanimidade, o Copom resgatou parte de sua credibilidade, especialmente após declarações de Lula na véspera de que a única coisa "desajustada" no país era o BC. A dúvida maior era sobre alguma influência do petista nos votos dos quatro diretores escolhidos por ele. Após o encontro, Lula disse que a decisão foi "sem critério". Além da unanimidade, contou para acalmar os ânimos uma indicação indireta do Copom de que os juros devem ficar estáveis por um período longo de tempo.

No **comunicado** sobre a decisão, o colegiado introduziu um cenário alternativo para a **inflação** que considera que a Selic fique estável até o fim de 2025. Nesse caso, a projeção de **inflação** do BC para o ano que vem fica em 3,1%, próximo do centro da meta de 3,0%. Já no cenário de referência, que considera a estimativa de Selic do Boletim Focus, que volta a cair no ano que vem até 9,50%, a projeção de **inflação** fica em 3,4%. Atualmente, o BC foca integralmente no ano de 2025 no trabalho de convergência inflacionária.

Nesse contexto, economistas aguardam que o Copom explique na ata de forma mais aprofundada porque resolveu divulgar o cenário alternativo. O economista e sócio da Tendências Consultoria, Silvio Campos Neto, destaca que o cenário é importante porque mostra maior possibilidade de cumprimento da meta.

- Talvez o BC possa esmiuçar mais a questão do cenário alternativo. Tem a questão da coesão do grupo, ver se há ainda um sinal de alguma divergência ou se realmente há concordância maior do ponto de vista técnico para essa decisão da interrupção do corte - disse o economista, que não viu nenhuma menção a uma possibilidade de alta de juros no **comunicado**.

Para a economista-chefe da consultoria Buysidebrazil, Andrea Damico, a primeira leitura é de que a "barra" é alta para subir juros, mas ela alerta que os cálculos do BC foram feitos com o dólar a R\$ 5,30, enquanto a moeda americana está rodando o nível de R\$ 5,40 em meio a incertezas fiscais e externas.

A economista também espera novas informações sobre a visão do BC em relação ao comportamento da **inflação**, especialmente sobre os preços mais ligados à dinâmica do mercado de trabalho e da atividade econômica, que está mais forte do que o previsto, segundo a autoridade monetária.

Em relação às contas públicas, Silvio Campos Neto não tem expectativa de nenhum alerta adicional. No **comunicado** da semana passada, o BC disse que "monitora com atenção" os desenvolvimentos recentes da política fiscal que impactam a política monetária e os ativos financeiros. A condução das contas públicas pelo governo Lula está sob intenso escrutínio desde a

mudança das metas fiscais dos próximos anos, em meados de abril. Mais recentemente, cresceram os receios sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal diante da dificuldade do governo de cortar gastos.

"O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de **inflação** e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária", disse no **comunicado**.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/06/25/at-a-do-copom-deve-trazer-mais-detalhes-sobre-consenso-para-interromper-ciclo-de-corte-de-juros.ghtml>

Legalizar cassinos e jogos de azar é a melhor solução (Editorial)

Desde 1946, quando cassinos e jogos de azar foram proibidos no Brasil, nada impediu que a jogatina se expandisse na clandestinidade -basta lembrar a popularidade do jogo do bicho. O Estado se tornou o único banqueiro autorizado com as loterias, mas o poder público deixou de exercer sua função de regulador. Com a internet, o brasileiro passou a apostar em sites no exterior, sem ter a quem reclamar caso enganado. Só com a recente regulamentação das apostas esportivas a situação começou a mudar. Um novo passo é o Projeto de Lei que legaliza cassinos, bingos e o jogo do bicho, aprovado na Câmara e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Passados 78 anos da proibição, está claro que a melhor alternativa é legalizar o jogo. E preciso, é verdade, tomar cuidados para mitigar riscos como lavagem de dinheiro ou dependência dos apostadores. Mas há formas de punir responsáveis por manipulações criminosas. E sobram exemplos no mundo para inspirar a regulação de cassinos e outras modalidades de apostas. "Os indicadores econômicos e sociais dos países melhoraram, não houve aumento da violência nem da evasão fiscal", diz o senador Irajá (PSD-TO), relator do projeto na CCJ do Senado.

Ao legalizar o jogo, o Brasil seguirá o exemplo de países como Estados Unidos, China, Índia, Alemanha, Japão, França, Itália, Reino Unido ou Austrália. Só em solo americano há mais de mil cassinos em 40 estados, empregando 1,7 milhão e movimentando US\$ 240 bilhões anuais. Numa amostra de 200 países analisados pela revista médica britânica The Lancet, 164 permitem algum tipo de aposta. De 50 europeus, 48 convivem com jogos de azar. Nas Américas, o Brasil está em minoria: 33 de 37 países não proíbem o jogo, preferem regulá-lo e taxá-lo.

No estado americano de Nevada, onde fica Las Vegas, duas agências licenciam, regulam e fiscalizam o setor. Quem detém mais de 10% do capital das empresas de jogos passa por escrutínio rigoroso e tem de preencher 65 páginas de formulários. Também são avaliados produtores e distribuidores de equipamentos como caça-níqueis. A legislação contra lavagem de dinheiro equipara cassinos a instituições financeiras para efeito de fiscalização.

No Reino Unido, a Comissão de Jogos de Azar

protege os interesses dos apostadores. No final de abril, multou uma operadora em £ 582 mil por falhar nos cuidados contra lavagem de dinheiro. Em Macau, a Direção de Inspeção e Coordenação de Jogos exige que o principal responsável por cassinos tenha residência permanente e detenha pelo menos 15% do negócio. Executivos são submetidos a testes de aptidão. A concessão vale por dez anos, mas há fiscalização e renovações a cada três.

No Brasil, o projeto limita a quantidade de cassinos por estado e tenta integrá-los a resorts e polos turísticos. Entre os cuidados, há medidas para evitar endividamento e lavagem de dinheiro. Não será permitido apostar em espécie. Cria-se também uma autoridade nacional, que precisa ter plenos poderes para coibir os abusos. A expectativa é uma movimentação inicial de R\$ 14 bilhões anuais e, no futuro, arrecadação de R\$ 20 bilhões em **impostos**.

Um mercado fortemente regulado com medidas inspiradas nas melhores práticas internacionais é preferível à situação atual. A proibição jamais funcionou na prática. Tomados os devidos cuidados, legalizar o jogo será melhor.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas lembram formação do plano

» **ÂNDREA MALCHER**

Depois que esteve com o presidente Luiz Iácio Lula da Silva, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu a equipe de economistas responsável pela elaboração do Plano Real. Ainda ministro da Fazenda do então presidente Itamar Franco, FHC encabeçou o time que arquitetou o programa econômico que tirou o país das hiperinflação e estabilizou a moeda brasileira.

O grupo era composto por André Lara Resende, Armínio Fraga, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan e Pêrsio Arida - que classificou o plano de "não repetível". Para ele, tudo deu certo graças à capacidade política e intelectual de FHC.

"É difícil imaginar um ministro da Fazenda que consiga, ao mesmo tempo, convencer o presidente da República, que tinha ideias muito diferentes e próprias - todas erradas, diga-se de passagem", lembrou Arida, em um debate na Fundação Fernando Henrique Cardoso.

Armínio Fraga, que esteve à frente do Banco Central (BC) entre março de 1999 e janeiro de 2003, destacou que o Plano Real possibilitou que a dimensão social tomasse a frente dos planejamentos de Estado, uma vez que a nova moeda trouxe a estabilização monetária. "A âncora é o social e é o que me permite ter alguma esperança de que possam ser evitadas mudanças que possam vir aí no Banco Central. Senão, todos serão penalizados", alfinetou, citando as pressões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre Roberto Campos Neto, que está à frente do BC, em relação à taxa básica de juros da economia (atualmente em 10,50%).

Gustavo Franco destacou que, quando surgiu o Real, o país acumulava 15 anos de **inflação** média de 16% ao mês. "Não é possível ter vida econômica inteligente nesse tipo de ambiente e foi assim que começamos a trabalhar.

Acho que talvez o grande desafio era o diagnóstico da doença da moeda", pontuou. O economista antecedeu Fraga à frente do BC, entre agosto de 1997 e março de 1999.

Franco lembrou que, no último mês do plano anterior, o Collor 2, a **inflação** batia em 9.185% ao ano e caiu para 33% ainda no primeiro ano do Real. Com 30 meses de vigência, a nova moeda derrubou a carestia para 5% ao ano e, em 1998, baixou para 1,6%.

Displícência Rubens Ricúpero, que sucedeu FHC no Ministério da Fazenda, em 1994, criticou a displícência com que os políticos tratam a responsabilidade fiscal - "a começar pelos mais altos escalões, não fazem uma ligação entre causa e efeito", frisou. "Para eles, **inflação** não tem nada a ver com gasto público. Para eles, é uma variável independente.

Confesso que a tristeza maior que tenho é ver que, de tudo aquilo que não pegou, foi a responsabilidade fiscal. É o mais difícil.

É difícil para os americanos, para os franceses, os alemães... É muito difícil, mas aqui se abandonou", lamentou.

Ricúpero frisou que o Real é "uma conquista" para o país e, segundo ele, se houve dúvidas a respeito, "basta olhar para a vizinha Argentina". "Estão onde estávamos 30 anos atrás. Uma diferença colossal", disse.

Para Ricúpero, FHC é o grande personagem do plano que estabilizou a economia brasileira.

"O real, como toda grande obra, é coletivo e houve muitas contribuições.

Mas algumas são mais duráveis e fundamentais do que outras. A dele, sem dúvida, foi a mais importante, tanto do ponto de vista qualitativo, quanto quantitativo. O povo brasileiro, de fato, se convenceu da malignidade da **inflação**. Já os políticos, não tenho tanta certeza", frisou.

Hiperinflação morta

O Plano Real encerrou um dos períodos mais instáveis da economia brasileira. O processo de estabilização começou em 1993, com Unidade Real de Valor (URV) como a transição para a moeda que ainda está em vigor no país.

O objetivo era controlar a **inflação**, que à época passava de quatro dígitos.

Antes do Real, vieram outros planos econômicos, todos fracassados: Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. E antes de a moeda ser batizada como real, houve o cruzado, o cruzado novo e o cruzeiro real como meios circulantes.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6109/25-06-2024.html?all=1>

A chaga da violência na América Latina (Editorial)

A América Latina é a região mais violenta do mundo.

Com 9% da população mundial, ela registra mais de um terço dos homicídios.

Além das vidas ceifadas e traumas sociais, a violência implica perdas econômicas.

Gastos que poderiam ser investidos em atividades produtivas ou assistência social são consumidos pela segurança. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a violência custa 3,6% do PIB dos países latinoamericanos, duas vezes mais que nos países desenvolvidos e o equivalente aos gastos da região com infraestrutura ou à renda dos 30% mais pobres. Isso sem contar os custos colaterais: menos empregos, mais emigração, erosão das instituições e corrupção. O crime agrava a pobreza e a pobreza incentiva o crime. Uma série do Estadão investigou exemplos e contraexemplos de como reverter essa espiral viciosa.

Entre os últimos está El Salvador.

Não se pode dizer que a política de mano dura do presidente Nayib Bukele seja ilusória, ao menos não a curto prazo.

As taxas de homicídios caíram a níveis europeus. Mas ela é insustentável e não serve de modelo a outros países.

Constituições democráticas preveem estados de exceção e a suspensão de liberdades civis em meio a calamidades como a violência aguda. Mas, para serem justificadas e eficazes, essas medidas precisam ter um prazo curto, nunca violar direitos fundamentais, basearem-se nas evidências da ciência criminal, contar com uma mobilização nacional para restringir abusos e um plano robusto de retorno à normalidade.

Nada disso está sendo observado em El Salvador. O estado de emergência decretado em 2022 deveria durar 30 dias, mas é reeditado todo mês. A história mostra que a perpetuação de estados de exceção é contraproducente e reforça as dinâmicas que visam a combater.

A deterioração do Estado de Direito afasta investidores e incentiva a corrupção e a organização das gangues.

O superencarceramento transforma os presídios em quartéis-generais do crime. Franquear a segurança pública a militares não treinados para isso acarreta violações a direitos humanos, corrupção e infiltração do crime.

El Salvador já tentou políticas de mano dura antes e a recidiva foi pior. De resto, a violência lá é produto de gangues que extorquem comunidades locais.

Mas as grandes alavancas da violência na América Latina são organizações criminosas transnacionais mais estruturadas, ricas e municiadas. Em Honduras, que ocupa uma posição-chave na rota do narcotráfico, a replicação do "método Bukele" nem sequer produziu um alívio momentâneo.

Uma vez que um vespeiro está formado, não é inteligente debelá-lo com uma pancada. Uma estratégia mais paciente, orgânica e multifatorial é necessária para enfrentar o crime organizado.

A repressão ostensiva aos indivíduos mais brutais, uma tática conhecida como "dissuasão focada", pode amainar situações de violência extrema.

Mas só operações de inteligência e asfixia financeira logram um desmantelamento eficaz das organizações criminosas.

A Colômbia, por exemplo, ainda tem muito a fazer no combate ao crime.

Mas em uma geração ela reduziu as taxas de homicídio de calamitosas para "normais", ao menos para a América Latina. Medellín, em especial, considerada a cidade "mais violenta do mundo" na época de Pablo Escobar, alcançou o menor nível de violência em 40 anos, em parte por táticas de dissuasão focadas para desencorajar os chefes das facções a atos violentos e promover pacificações entre eles.

Essa estratégia tem limites. As tréguas reduzem a violência a curto prazo, mas, a longo, permitem às facções se consolidarem. Além de policiamento focado nas zonas mais perigosas e investimentos em capacidade investigativa, Medellín promoveu a reapropriação do espaço público pela população,

programas sociais e educacionais para reduzir incentivos dos jovens ao crime e o fortalecimento do Judiciário.

No fim, o crime organizado prospera onde há um vácuo do Estado, e a solução definitiva para debelá-lo é o Estado reocupar esses espaços, com infraestrutura, serviços, um Judiciário eficiente e condições de crescimento econômico.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para pais do Real, condições políticas se estreitaram

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

"Imagine." Tasso Jereissati e Clóvis Carvalho responderam em uma só voz. A pergunta era se o Plano Real passaria pelo Congresso de hoje. O ex-senador tucano virou o celular para si como se fizesse uma "selfie". "Eles agora só pensam nisso", comentou, numa referência à superexposição dos parlamentares nas redes sociais. O ex-chefe da Casa Civil de Fernando Henrique Cardoso disse que, a despeito do ceticismo dos economistas, o expresidente sempre apostou que o Congresso aprovaria o Real porque precisava de uma pauta positiva para se apresentar ao eleitor - "Mas esse de agora tá difícil." Jereissati e Carvalho estavam na plateia do evento promovido pela Fundação Fernando Henrique Cardoso na tarde de ontem com quase toda a equipe que fez o Plano Real, 30 anos atrás. Ao fim do evento, a mesa de expositores e a plateia tinham virado uma coisa só. Todos se alternavam em contar os "causos" da implantação da moeda.

Na bancada de expositores, o ex-ministro Rubens Ricupero definiu os economistas que comandou por cinco meses como personagens do livro "Jovem audaz no trapézio voador", do escritor americano de origem armênia William Saroyan. Disse que, 30 anos depois, o povo se convenceu da "malignidade da inflação", mas teme que os políticos não. "Para eles a inflação não tem nada a ver com gasto".

Jereissati tomou as dores. "Tenho que defender nossa categoria de políticos da visão de que vocês ajeitam e nós vamos lá e gastamos.

Mário Covas era o grande líder no Congresso. E ele foi defender o Real desde o primeiro momento sem estar convencido dele." Cada um tinha uma história pra contar da reação do ex-senador e ex-governador paulista, morto em 2001, à intervenção no Banespa decretada pelo governo FHC. A melhor foi a do ex-secretário do Tesouro Murilo Portugal: "Ao lado do Covas disse a Fernando Henrique que estávamos fazendo das tripas coração para salvar o banco, quando ele emendou, "ele tem tripas, não coração"".

A bancada de expositores era formada por Pedro Malan, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Persio Arida, Rubens Ricupero e Arminio Fraga, remotamente. André Lara Resende ausentou-se em função da missa

de sétimo dia da mãe.

FHC, que, aos 93 anos, não tem mais condições de saúde para comparecer a um evento do gênero, era onipresente. Pela manhã, Malan, Franco e Arida o visitaram em seu apartamento em Higienópolis e saíram minutos antes da chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fez coincidir sua visita com o aniversário da moeda.

Na plateia, além de Jereissati, Carvalho e Portugal, muitos outros colaboradores daquele governo, como Martus Tavares, Amaury Bier, Andrea Calabi, Alkimar Moura, Elena Landau, Andrea Matarazzo, Eduardo Loyo e Nelson Jobim, dividiam a sala estreita de seminários da fundação com Pedro Moreira Salles, Horácio Lafer Piva e excolaboradores de governos petistas como Cristóvão Buarque e Luiz Awazu Pereira, cotado para voltar ao Banco Central.

Diretor da fundação e mediador do encontro, Sérgio Fausto, fustigou sobre as condições políticas da época comparadas às de hoje. Arida, depois do evento, comentava as diferenças gigantescas: "Não foi apenas o Congresso que mudou. O Judiciário não tinha o papel que tem hoje".

Bacha, encarregado de negociações com o Congresso, disse que havia a consciência de que quem apoiasse um plano com capacidade de parar abruptamente a inflação se elegeria. "O Centrão talvez tivesse dado menos trabalho que o MDB com a URV porque está mais à direita, mas hoje seria mais difícil, e menos agradável, porque o Orçamento está mais rígido." Malan recorreu a Millôr Fernandes para definir as razões da popularidade do Real: "Sobrava mais mês no salário do trabalhador". Ao seu lado, Gustavo Franco contabilizava a queda dos 46,6% de inflação em junho de 1994 para 6,7% no mês seguinte. E resumiu o acumulado desses 30 anos: "Falem de crise cambial e do que mais quiserem, mas quem fizer melhor que deixe o currículo na portaria".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187911?page=1§ion=1>

Derrota da hiperinflação foi mais que a "mágica" da troca da moeda

Alex Ribeiro De São Paulo

Da mesma forma que o descontrole das contas públicas é hoje uma das principais dores de cabeça para o Banco Central cumprir as metas de inflação, há 30 anos o bem-sucedido Plano Real foi lançado sem que houvesse um verdadeiro ajuste fiscal que garantisse que a hiperinflação ficaria mesmo para trás.

Foi apenas em fins de 1998 que o Brasil finalmente pôs em prática um plano consistente de equilíbrio das finanças públicas, dentro de um programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Só então, junto com o fim do regime de câmbio sobrevalorizado, o programa de estabilização foi de fato vitorioso.

De lá para cá, as instituições monetárias se fortaleceram, com a criação do Comitê de Política Monetária (Copom), a adoção do regime de metas de inflação e a independência formal do Banco Central. Mas a disciplina orçamentária se mostrou elusiva, com criação e subsequente abandono de regras fiscais.

"Nosso grande desafio hoje está em o governo, e sucessivos governos, mostrar que tem uma visão fiscal sustentável no médio e longo prazos", diz o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan. O foco não pode se limitar a um ou dois anos, e deve lidar com o problema dos gastos orçamentários obrigatórios. "Essa trajetória sustentável não está configurada." "Acho que o Brasil está brincando com fogo, não está bom", afirma Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central. "O presidente Lula tem razão quando disse que o fiscal é um problema global, mas seguimos sendo o país frágil, com uma história mais complicada de moratórias, hiperinflação e juros altos." Às vésperas do aniversário do real, que começou a circular em 1o de julho de 1994, alguns dos personagens que estiveram engajados em diferentes fases do programa de estabilização procuram esclarecer que o sucesso não foi resultado apenas da mágica da moeda indexada, batizada de Unidade Real de Valor (URV), inspirada numa ideia original dos economistas André Lara Resende e Persio Arida.

"Muita gente acha que foi uma mágica, que rapidamente alguém chegou lá e resolveu a questão", diz Malan. "Agora, falase em fazer um Plano Real disso ou um Plano Real daquilo. Com o passar do tempo, virou aquela ideia de que é possível resolver,

abruptamente, um problema." Se fosse tão fácil, a hiperinflação teria sido vencida antes.

"Costumava dizer que o Plano Real não poderia ser o sétimo casamento de Elizabeth Taylor", conta o economista Winston Fritsch, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. O Brasil tinha feito seis programas de estabilização monetária, começando com o Plano Cruzado, em 1986, todos fracassados.

Os oito casamentos da atriz americana foram desfeitos.

Para que desse certo, um dos ingredientes era justamente o ajuste nas contas públicas.

Nesse período, o Brasil vivia a maldição da profecia do economista Larry Summers, que depois viria a ser secretário do Tesouro nos Estados Unidos. "Essa proposta é muito perigosa", disse, ao ouvir em 1984 a ideia de moeda indexada desenvolvida Lara e Arida, que foi batizada como "Larida", segundo relato desse último ao Instituto FHC. "Vai ensinar para os políticos que existe uma cura indolor para a inflação." O Cruzado fracassou porque adotou um congelamento por um período muito prolongado de tempo, deu aumentos reais de salários que turbinaram ainda mais o consumo e porque não foi acompanhado por uma política de contenção de gastos públicos.

Com variações, os planos seguintes padeceram do mesmo mal.

O Plano Real teve vários ingredientes para ser bem-sucedido.

Primeiro, antes de Fernando Henrique Cardoso ser nomeado ministro da Fazenda pelo presidente Itamar Franco, muita coisa já vinha ocorrendo. Na década de 1980, foi extinta a conta movimento, que permitia que o Banco do Brasil na prática emitisse moeda, e foi criada a Secretaria do Tesouro Nacional. A renegociação da dívida externa já estava avançada, num trabalho coordenado pelo próprio Malan. O Banco Central também havia acumulado um montante mínimo de reservas internacionais, sob o comando de Francisco Gros, cuja equipe Arminio integrou.

Malan conta que, na partida, houve um atalho para

FHC apresentar, em apenas três semanas, o plano de voo que guiou os trabalhos nos anos seguintes, o chamado Programa de Ação Imediata (PAI). O então secretário do Tesouro, Murilo Portugal, já vinha preparando uma série de reformas para serem aprovadas na revisão constitucional de 1993. Algo semelhante vinha sendo feito no gabinete do então deputado José Serra (PSDB-SP), com economistas como Martus Tavares e José Roberto Afonso. "Precisava preparar o país para o "day after", no dia seguinte ter uma economia que havia corrigido o descalabro fiscal", diz Fritsch.

"O déficit era administrado de uma forma horrenda: simplesmente atrasava o pagamento da despesa para ela ser parcialmente corroída pela inflação." Um dos primeiros a se juntar à equipe do Plano Real, o economista Gustavo Franco, um estudioso das hiperinflações na Europa, afirma que a revisão constitucional de 1993 abriu uma grande chance para lidar com os problemas estruturais que estavam por trás dos déficits públicos e o atraso nas engrenagens econômicas, incluindo fazer uma reforma da Previdência.

"Só que a liderança política da ocasião decidiu que a revisão ia ser interrompida porque havia medo de desfigurar a Constituição", relata Franco. "Chegou a notícia de que teríamos espaço para apenas uma emenda constitucional, que deveria conter tudo o que precisávamos para o plano.

Vários dos membros da equipe quiseram desistir e ir embora." Os debates terminaram se afunilando em duas opções. De um lado, criar uma regra fiscal, nos moldes do que foi feito na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000. De outro, dar maior flexibilidade para o Tesouro Nacional controlar o gasto na ponta, na execução do Orçamento, o que permitiria ir ganhando tempo até conseguir fazer o ajuste mais estrutural dos gastos.

Essa última opção foi a vencedora, com a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE) em fevereiro de 1994, que na verdade era simplesmente uma desvinculação de despesas. Cerca de 90% do Orçamento federal estava engessado com as vinculações constitucionais à saúde, educação e transferências aos governos subnacionais - problemas que, hoje, ainda assombram o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O FSE deu maiores poderes para o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, fazer o controle da despesa na boca do caixa.

Por essa e por outras, Portugal ficou conhecido, naqueles tempos, como o Dr. No, ou "aquele que diz

não", numa referência a um filme de James Bond.

"O controle de caixa foi efetivo no início, mas ele foi perdendo força", diz Franco. "Dependia de a gente ter controle do Tesouro.

Sabemos as limitações que isso tem: quando há uma ordem do Palácio [do Planalto] para soltar isso ou aquilo, é difícil não cumprir." Franco diz que outra medida muito importante foi reduzir o número de membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) a apenas três: os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central. Antes, havia ministros de áreas do lado do gasto, como a Agricultura e Indústria e Comércio. O CMN funcionou, durante anos, como um veículo para fazer gastos parafiscais por meio da política monetária, ou seja, por meio da emissão de dinheiro.

Foi com esse meio ajuste fiscal que o real começou a circular.

Quem deu credibilidade à nova moeda, nesse início, foi a URV, baseada no Lira, que lidava de uma forma mais elegante com o problema da indexação do que os congelamentos de preços.

Franco diz que a mágica funcionou porque, por trás, havia a credibilidade conquistada por um plano pré-anunciado, sem medidas na calada da noite, e por um plano mais amplo de reformas econômicas que prometia lidar com os problemas estruturais que causavam a inflação.

Havia algo a mais - uma URV, na partida, valia um dólar. A partir da circulação do real, o Banco Central deixou o câmbio se valorizar, e a moeda brasileira passou a valer mais do que a americana: precisava de apenas 82 centavos de real para comprar um dólar. O câmbio valorizado, ao mesmo tempo que foi a âncora da nova moeda, era o seu calcanhar de Aquiles: todos temiam que a hiperinflação pudesse voltar quando o sistema implodisse.

O primeiro freio de arrumação foi em março de 1995, quando foi adotado formalmente o sistema de bandas cambiais, que permitiu uma lenta, porém insuficiente, desvalorização do câmbio.

O ambiente internacional ficara mais hostil, com a alta dos juros nos Estados Unidos e uma crise no México. O real sobrevalorizado fez balança comercial virar, apresentando déficits. Também começou a ficar mais claro que o ajuste fiscal fora insuficiente.

O Tesouro registrou os primeiros déficits primários.

Junto com a adoção da banda fiscal, o governo listou

uma série de medidas de contenção de despesas correntes, diante do aumento sobretudo do gasto com o funcionalismo e da Previdência.

Também se empenhou pela aprovação da chamada Lei Camata, que limitava os gastos com pessoal a 60% das receitas. Anunciou ainda estudos para a privatização da Vale e medidas para maior controle das estatais.

A equipe econômica equilibrou vários pratos para corrigir desajustes da economia que se tornaram aparentes com o lançamento da nova moeda. Resolveu crises de bancos públicos e privados, solucionou a ruína fiscal de Estados, aprofundou a privatização, quebrou monopólios e manteve consumo sob rédea curta com juros altos e contenção do crédito.

Do lado fiscal, nada funcionou.

Uma crise econômica no Sudeste Asiático, em 1997, desencadeou ataques especulativos contra o regime cambial brasileiro.

O Comitê de Política Monetária (Copom), que havia sido criado um ano antes, subiu os juros a 45,9% ao ano. O governo fez uma nota tentativa de ajuste fiscal.

"Foi chocante", diz Franco. "Foram 51 medidas fiscais, cada uma com sua métrica de acompanhamento.

Todas deram resultado, mas o primário não melhorou.

O que aconteceu? Ouvíamos que, ao saber que havia receita nova, muita gente foi à instância superior de governo e conseguiu a liberação. Ou seja, criamos a receita, mas gastamos." Em meados de 1998, o déficit primário superava 1% do **PIB**, e o Brasil foi sacudido por novos ataques especulativos, depois de uma moratória anunciada pela Rússia. O Banco Central respondeu com pesadas intervenções cambiais, que ameaçavam esgotar as reservas internacionais, e duplicou os juros, para 42%.

O governo já estava encaminhando a última, e bem-sucedida, tentativa de ajuste fiscal. "A conclusão nossa foi de que não tínhamos "enforcement"", diz Franco. Ou seja, faltava um mecanismo para obrigar que o controle fiscal fosse feito por todas instâncias do governo e pelo Congresso.

"A solução consensual da equipe econômica foi trazer "enforcement" para a política fiscal com um acordo com o FMI." Em junho de 1998, Malan pediu que Portugal, que era representante brasileiro no Banco Mundial, em Washington, que preparasse um plano fiscal para o período de 1998 a 2001. Finalmente, ao

longo de três anos de esforços, levou a um superávit primário acima de 3% do **PIB**, com medidas predominantemente do lado da receita.

Em paralelo, desde 1997 Malan discutia formas de flexibilizar o regime de bandas cambiais com um grupo de economistas do governo. Fernando Henrique decidiu mexer no sistema no começo do seu segundo mandato, substituindo o presidente do BC, de Franco para o economista Francisco Lopes, que tinha sido o criador do Copom, em 1996. Em janeiro de 1999, o real viveu um dos seus momentos mais dramáticos, com o fiasco do sistema desenvolvido por Lopes - a banda diagonal endógena - e uma flutuação forçada. A cotação do dólar saiu de R\$ 1,20 para R\$ 1,98. Lopes foi demitido, depois de ficar apenas 18 dias no cargo, e substituído por Arminio.

O dólar ainda subiu mais depois, até um pico de R\$ 2,15. A **inflação** do ano anterior havia ficado em apenas 1,8%, mas poderia explodir depois da desvalorização.

"No Brasil, naquele momento, as expectativas de **inflação** estavam muito difusas, no intervalo de 30% a 80%", relata Arminio.

"O nosso receio, e o grande esforço, era para não deixar que a **inflação** se concretizasse nesses níveis", completa.

Segundo Arminio, no telefonema com o presidente FHC em que aceitou o cargo de presidente do BC, ele primeiro se certificou de que o ajuste fiscal estava mesmo sendo feito. Em seguida combinou para que o sistema de câmbio fosse flutuante e que fosse adotado um regime de metas de **inflação**. Nasceu ali o tripé de política macroeconômica.

"Não tinha nada que, em tese, impedisse que a coisa desse certo", diz Arminio. O BC subiu os juros a 45% ao ano, e o governo estabeleceu uma meta de **inflação** de 8% para o ano, que foi cumprida.

O juro real foi derrubado pela metade nesse período, mas ainda assim segue alto para os padrões internacionais. O crescimento tem sido mais baixo do que nossos vizinhos da América Latina. Alguns dizem que o ciclo do Plano Real terminou ali, outros que foi mais adiante, na transição para o governo Lula - que, depois de provocar uma crise de confiança nas eleições de 2002, seguiu com o tripé macro do governo FHC. De lá para cá, a principal risco à estabilidade foi no governo Dilma. "Com o colapso fiscal, as coisas não voltaram mais para o lugar", diz Arminio. "E cá estamos outra vez, dando a impressão de que pouco aprendemos, e batendo na porta da dominância fiscal." O economista Edmar Bacha

discorda da crítica de que o Plano Real resolveu a **inflação**, mas não o problema do crescimento.

"Ficamos oito anos na presidência.

Desde então, teve dois Lula, uma Dilma e meia, teve **Temer**, teve um Bolsonaro e agora mais um Lula. Infelizmente, a ideia de um liberalismo social, uma política de reformas com amplo conteúdo social, isso nós não tivemos mais depois de Fernando Henrique", afirma. "Ou era tudo pelo social, como dizia o Sarney, e aí fez o que fez com o Plano Cruzado.

Ou era essa política desse liberalismo desvairado do Paulo Guedes, que não levou a nada." Malan diz que não vê uma ameaça de volta a uma **inflação** alta, crônica e crescente como a anterior ao real. Ele cita Arida, que vem repetindo ultimamente que os eleitores incorporaram a estabilidade como uma conquista, que evita a corrosão da renda, e que eventuais deslizos no combate à **inflação** seriam punidos nas urnas. "Acho que essa é a grande âncora do real."

"Costumava dizer que o Plano Real não poderia ser o sétimo casamento de Elizabeth Taylor" Winston Fritsch

"Não tinha nada que, em tese, impedisse que a coisa desse certo" Arminio Fraga

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187911?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187911?page=1§ion=1)**